

# ESTARÁ MORTA A TEORIA DA ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL? UMA ANÁLISE CRÍTICA

por

**Daniel Carvalho<sup>1</sup>**

**Resumo:** A teoria arqueológica é, no âmbito da Arqueologia portuguesa, um assunto genericamente periférico. De escassa produção e com poucos agentes a contribuir para a mesma, a teoria parece envolver-se num estado de dormência em Portugal. Tentam-se explicar as razões pelas quais esta perspetiva se estende até aos dias de hoje assim como se analisa a importância da renovação da investigação teórica para a Arqueologia Contemporânea.

**Palavras-chave:** Teoria Arqueológica; História da Arqueologia; Arqueologia Portuguesa.

**Abstract:** Archaeological theory is considered a peripheral thematic by Portuguese Archaeology. With a scarce academic production and with few agents that contribute systematically to it, archaeological theory is envolved with inertia in Portugal. The objectives with this article are to explain what are the reasons of the prolongation of this phenomena to this day as well as the analysis of the importance of theoretical investigation in Contemporary Archaeology.

**Keywords:** Archaeological Theory; History of Archaeology; Portuguese Archaeology.

## INTRODUÇÃO: ARQUEOLOGIA, PENSAMENTO E TEORIA

A Arqueologia, como disciplina científica que é, apresenta-se consolidada como tal na segunda metade do século XIX, regendo-se, impreterivelmente, pelas vicissitudes do presente. Sendo um produto do “agora”, o quadro epistemológico que utiliza para o estudo das materialidades do passado encontra-se imiscuído com realidades sociopolíticas, limitações económicas e vigências da ciência atual. Deste modo, afigura-se impossível — ou, no mínimo, indesejável — proceder a

---

<sup>1</sup> Doutorando em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: danielcarvalho1@campus.ul.pt.

uma análise sobre pensamento e teoria arqueológica sem considerar os apanágios da contemporaneidade e como estes produzem e ditam linhas de desenvolvimento na disciplina.

Se o exercício de cunhar a sociedade contemporânea com uma única palavra que pudesse, de maneira não redutora, caracterizá-la nos seus moldes mais intrínsecos, poder-se-ia escolher “conectividade”. De facto, a proliferação e os avanços, das tecnologias de informação vieram a proporcionar a emergência de contactos facilitados, pulverizando quase totalmente o espaço físico, criando realidades virtuais que suprimem estes últimos. A rede tornou-se no elemento por excelência para a compreensão de fenómenos sociais (CASTELLS, 2007: 87-88), com um conjunto de interações que, pela sua imensa complexidade, justificam essa abordagem. O neoliberalismo e a globalização, conceitos incontornáveis e dotados de dualidade, caracterizam-se igualmente pela emergência de redes bem definidas, cuja partilha de grandes massas de informação se relaciona com a posse, controlo e manutenção de recursos, com consequências a nível político e económico (HARVEY, 2005: 157). O produto originário destes sistemas é imediatamente captado e utilizado, numa lógica consumista, que afecta todos os sectores de indústria, em particular “(...) the emergent cultural industries (films, videos, video games, music, advertising, art shows), which use IT as a basis for innovation and the marketing of new products. (...)” (HARVEY, 2005: 159). A cultura como produto dotou-se igualmente de uma aceleração sem precedentes, funcionando ao ritmo da já de si estonteante máquina social. Sítios fotografam-se, museus visitam-se e “factos” históricos apreendem-se, numa luta incessante contra o tempo.

Este último acabou mesmo por se revestir ainda de uma maior importância para a sociedade atual — ter tempo é em si uma luxúria. E se de facto a acessibilidade à cultura depende intrinsecamente do tempo tais como de outros fatores, existem duas dimensões a que esta não fica indiferente: ao culto da imagem e o culto do objeto. Ambas pressupondo um “eu” latente — igualmente sintomático da atualidade — a imagem e o objeto unem-se para assegurar a legitimidade e o *status* do indivíduo. As redes sociais perpetuam estas realidades, servindo ao mesmo tempo de reguladoras — no sentido em que estabelece os cânones de aprovação — e executoras — dado que os seus algoritmos propiciam a difusão de conteúdos com base nas estipulações anteriores. Por outro lado, tornaram-se veículos para o exercício da liberdade e da busca de conhecimento. Liberdade materializada por uma escolha do Ser: com a criação de *personas*, o cibernauta pode conceber um conjunto de máscaras que espelhem não apenas o que verdadeiramente é, mas com a mesma facilidade o oposto. Metamorfoseia-se entre ator, argumentista e encenador, com o virtual como palco em que desempenha todos estes papéis, com uma audiência em constante mutação.

Liberdade de opinião, com a distância e o próprio anonimato a quebrarem barreiras psicológicas e emocionais que, de outra forma, limitariam a voz ou refreariam as suas ideias.

Já a busca é tanto ou mais comum: as quase infinitas massas de dados elevaram os motores de busca a autênticas ferramentas praticamente oniscientes. A facilidade em adquirir informação, comunicá-la, partilhá-la criou um sentimento de segurança que se transportou para a tecnologia.

Tendo em conta todos estes aspetos, escolhidos os especialmente vocacionados para a análise deste artigo, o que não desvirtua a existência de muitos outros, traçam-se algumas das características mais intrínsecas da sociedade contemporânea. Vive tanto na dimensão do real como na do virtual, com uma relação afecta às tecnologias de informação.

Há, portanto, que questionar: como se traduzem estas realidades para o pensamento arqueológico? A Arqueologia acabou por adotar, na sua metodologia, um conjunto considerável de abordagens que se incluem nesse âmbito: mas e a nível teórico? E, especialmente, que lugar para o pensamento arqueológico em Portugal? As recentes publicações de *The Death of Archaeological Theory?* (2011) e *Paradigm Found* (2015) viriam a relançar a procura das características basilares, das “origens” e da natureza epistémica da Arqueologia. No entanto, a investigação sistemática destas temáticas, da teoria e do pensamento arqueológico, afigura-se ainda escassa, mesmo no plano internacional. No caso português, existe mesmo um sentimento de vácuo, de vazio face ao exterior.

Dentro das questões que emergem, a principal é qual a causa, ou as causas, que contribuem para esta ausência. Estará a teoria arqueológica verdadeiramente estagnada, ou até morta?

## **1. A teoria na história da Arqueologia Portuguesa**

Ao tentar desvendar a solução a esta questão, a dificuldade de abordar este tema prende-se fundamentalmente com a enorme falta de fontes. Os escassos testemunhos sobre a teoria arqueológica são já de si expressivos: um assunto periférico, sem interesse para o arqueólogo, raramente explanado em artigos ou monografias científicas. Tentar-se-á agrupar em períodos, de acordo com a História da Arqueologia portuguesa, as posições de arqueólogos que marcaram pelo seu contributo à disciplina. Começa-se, naturalmente, pelo nascimento da Arqueologia como ciência, atravessando todo o século XX.

### 1.1. No início da Arqueologia e o “começo” da teoria

Na segunda metade do século XIX, a Arqueologia portuguesa, enquanto disciplina científica, nasce num quadro social e político que lhe é favorável: o triunfo do Liberalismo e a proliferação dos seus ideais, a reforma do ensino, protagonizada pelo Estado, conferindo ao indivíduo uma aproximação à ciência, segundo os cânones positivistas, o passado torna-se fundamental para a vivência de uma sociedade que se pretende moderna, livre de arcaísmos e instituições que não permitiam o caminho em torno do progresso. A Arqueologia apresenta-se como sendo pluralista, praticada quer por amadores e cientistas, por instituições ou por investigadores a título individual. Saliente-se o papel da *Comissão Geológica de Portugal*, composta por um conjunto de naturalistas que, através dos seus trabalhos, difundiram a produção científica nacional no meio europeu, especialmente com a organização do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, em 1880, que teve lugar em Lisboa e a valorização do património cultural protagonizada pela *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* (DINIZ & GONÇALVES, 1993-1994: 183). Contudo, para estudar o tema da teoria arqueológica no discurso científico, assume-se como fonte principal a figura do investigador a título individual. Embora seja inequívoco a existência de um posicionamento teórico nas ditas sociedades — por exemplo com uma vertente claramente evolucionista na Comissão Geológica, como seria expectável à época — a realidade é que a teoria em si não parece ser alvo de reflexão destas instituições, assumindo objetivos bem demarcados, assumindo uma atitude eclética face aos desenvolvimentos teóricos internacionais. Por essa razão, o foco orienta-se nos testemunhos passíveis de serem recuperados.

Destacam-se, entre outros, as figuras de Estácio da Veiga (1828-1891) e de Leite de Vasconcelos (1858-1941). Estácio da Veiga, o primeiro arqueólogo a título profissional, utilizava uma abordagem pluridisciplinar, quer com conhecimentos das ciências exatas, em particular a Geologia, sendo formado em engenharia de minas, quer com o conhecimento profundo das fontes clássicas e das Ciências Sociais (CARDOSO, 2007: 21). Estácio da Veiga situa-se entre os dois mundos da prática arqueológica, produzindo um trabalho de grande cunho científico, revestido igualmente de originalidade, não se regendo pelas tendências da época. (Cardoso, 2007: 22). Na sua obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, composta por quatro volumes, Estácio da Veiga cobre todo um território, o Sul de Portugal, numa perspetiva que abrange uma grande variedade de períodos cronológicos. Além de apresentar um programa para a instituição dos estudos arqueológicos, composto por propostas inovadoras, quer a nível do ensino da disciplina, às considerações

relativas ao debate da centralização/descentralização da atividade arqueológica, o que em si representa uma reflexão profunda sobre o papel da Arqueologia na sociedade portuguesa, Estácio da Veiga toma como objetivos da sua obra a discussão e a refutação ou corroboração de teorias:

*“Ao passo que os dois primeiros volumes tratam exclusivamente dos assumptos respectivos á ultima idade da pedra, refutando as theorias até hoje tão impropriamente applicadas ao solo peninsular, e mostrando de que modo se deve deduzir a significação das suas antiguidades, o terceiro volume estabelece as bases mais genuínas para a inquirição e reconhecimento dos primórdios da metallurgia n'esta privilegiada terra do Occidente, impugna todas as affirmações contrarias á verdadeira hermenêutica dos factos, e reivindica o valor e a força com que elles devem reagir contra os conceitos e hypotheses que os estavam de todo o ponto empobrecendo e desfigurando”* (VEIGA, 1891: 18).

Dentro do espírito positivista, de recolha e classificação de materiais arqueológicos, Estácio da Veiga demarca-se interpretando os dados que junta ao longo das suas investigações. Das motivações deste arqueólogo sabemos que pretende criar cartas arqueológicas — razão pela qual foi contratado pelo governo — o mais completas possíveis, passíveis de serem contrapostas e comparáveis futuramente (VEIGA, 1891: 19-20). Como tal, Estácio da Veiga constrói as suas próprias teorias, fundamentando-se nos dados que recolhe, avançando diversas hipóteses, numa atitude plenamente precursora para a época. Para compreender o porquê de tal originalidade, é vital estudar a perspetiva de Leite Vasconcelos sobre a teoria arqueológica. Considerado como sendo o maior cientista social português de todos os tempos, Leite de Vasconcelos possuía uma ímpar bagagem científica — etnógrafo, numismata, arqueólogo — sendo o fundador do *Museu Ethnologico*, hoje *Museu Nacional de Arqueologia*, assim como diversas revistas da especialidade, sublinhando-se *O Arqueólogo Português*, vital para a comunidade arqueológica portuguesa até ao presente. Assume-se como defensor do evolucionismo, dedicando todo o seu trabalho e vida à Ciência, inserido numa matriz de pensamento claramente positivista. Detentor de um método rigoroso, auxiliado por paralelismos etnográficos e por uma capacidade descritiva obtida através da experiência das suas múltiplas viagens (FABIÃO, 2008: 119), Leite de Vasconcelos é um ávido leitor de bibliografia internacional, tendo acesso às mais recentes descobertas arqueológicas fora do espaço português. A sua posição face à teoria é conhecida

através da correspondência epistolar com Francisco Martins Sarmento (1833-1899), referindo-se a Estácio da Veiga:

*“Ainda não tive tempo para ler as Antig. Monum. Do Algarve. O que eu sei porém é que as antiguidades que ele reuniu no Museu, que fica debaixo da Biblioteca, são muito importantes. Ele devia limitar-se a descrever e classificar — porque isto de teoria é o diabo. Tudo por ora em absoluto é prematuro. As sínteses virão por sua ordem”* (CARDOZO, 1958. Carta de Março/Abril de 1888).

À primeira vista, é evidente, por um lado, o espírito positivista de Leite de Vasconcelos, sobrelevando a classificação ao máximo possível, assim como o papel da síntese, como uma dura crítica à teoria em si: esta é, deduzindo-se das suas palavras, difícil e prematura. Contudo será com uma nova carta, posterior, que se compreende, na sua totalidade, a opinião de Leite de Vasconcelos:

*“Aqui pouco ou nada se estuda. No verão vive-se a passear e na cama; no inverno, nos botequins e no teatro — de modo que os jornalistas não têm tempo de estudar. (...) Depois, como as ideias errôneas e estapafúrdias têm mais facilidade em se propagar do que as sãs, em virtude da acção que o maravilhoso exerce nos cérebros fracos e mal disciplinados, a maior parte dos nossos literatos estão bonancificados até à medula. (...) Para a gente aqui em Portugal fazer alguma coisa é preciso revestir-se de uma couraça de paciência, lançar a maior parte do público ao desprezo e ter confiança no futuro. Desculpe estes desa-bafos; mas eu sei que estou a falar com um português”* (CARDOZO, 1958. Carta de 23 de Agosto de 1888).

Deste modo, depreende-se que Leite de Vasconcelos não considera que exista investigação nacional capaz de poder criar teoria arqueológica de qualidade, argumentando que aqueles a que se lhe dedicam não possuem a qualidade científica para tal. A dureza estende-se igualmente ao público em geral, que, incapaz de contestar criticamente a produção científica nacional, é permeável e difusor de ideias erradas. Esta realidade não é de modo nenhum inesperada se tivermos em conta as elevadas taxas de analfabetismo nacional. Não existindo condições para criar sólidas bases teóricas, Leite de Vasconcelos considera mais sensata a recolha e acumulação de dados, visando sínteses futuras:

*“Não se porá em dúvida a dificuldade do assumpto, que de mais a mais, com a largueza que lhe dou, pela primeira vez se trata em Portugal: por isso não raro, em lugar de me pôr a phantasiar, preferi deixar suspenso o julgamento. Em cousas scientificas precisamos de nos resignar, a cada instante, a cruzaros braços e a esperar. Quem tem pressa de concluir, nem sempre conclue bem”* (VASCONCELOS, 1897: XL).

A escolha do seu tema de pesquisa, ao qual dedicou todo o seu esforço e dedicação, o Homem Português, pela sua vastidão e complexidade, auxiliava, ainda que indiretamente, a sua posição: a sua busca pela verdade científica, com um método profundamente diversificado, cruzando várias áreas do saber, deveria ser limpa de elementos dúbios, de conclusões rápidas, de teoria, pela dificuldade que o tema possui. Leite de Vasconcelos não abandonará esta perspectiva, continuando incessantemente a produzir trabalhos, artigos e monografias referentes à sua especialidade. Contudo, conforme o seu percurso académico se finda, traços subtis de uma impotência surgem, face à magnitude do que implica a busca pelas origens do Homem Português, os dados tornando-se exponencialmente mais complicados de relacionar (FABIÃO, 2008: 122).

Estácio da Veiga e Leite de Vasconcelos apresentam-nos assim o panorama do que possivelmente seria o estado, ou o não-estado, da teoria arqueológica no Portugal da segunda metade do século XIX: feita por intelectuais que, tomando as palavras de Leite de Vasconcelos, não seriam capazes de produções teóricas bem conseguidas e estruturadas, com raras, senão raríssimas exceções. É certo, no entanto, que os trabalhos de maior fôlego, inseridos na perspectiva positivista, tão cara à época, contemplassem alguma teoria arqueológica, como verificado no caso de Estácio da Veiga. Estes são, novamente, escassíssimos, pelo que a teoria arqueológica, quer pela sua prematuridade ou complexidade, parece não possuir bases sólidas nem uma expressividade no meio da comunidade arqueológica.

## **1.2. A viragem do século e o “vazio” teórico**

Um novo ciclo da História da Arqueologia principia quando Leite de Vasconcelos abandona, em 1929, o cargo de diretor do Museu Etnológico, assim como o lugar de Professor de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, sucedendo-lhe, em ambos os casos, Manuel Hellen (1894-1970), o seu principal discípulo. A Arqueologia deste período tem assim duas novas personagens de fundo, Manuel

Heleno, com um cargo proeminente e Mendes Corrêa (1888-1960), Professor Cate-drático da Faculdade de Ciências do Porto. A sua relação viria a adquirir contornos nefastos, com uma intensa rivalidade, que se estenderia a toda a comunidade arqueológica portuguesa, resultando numa profunda cisão da mesma, não existindo praticamente qualquer unidade. Aliada a esta situação, a realidade política — a emergência do regime ditatorial de António de Oliveira Salazar em 1933 — não viria a abonar as Ciências Sociais, como outros regimes fascistas. A Arqueologia nacional encontrava-se agora distanciada da produção científica internacional, envolta numa aparente “Idade das Trevas” (LEMOS, 1987: 6). Se a Arqueologia atravessa de facto um período negro, a teoria arqueológica entra no mais absoluto esquecimento. Mesmo o histórico-culturalismo, que se esperaria estar latente em ambos os autores, não se encontra, em todas as suas componentes, no discurso científico destes autores (FABIÃO, 1999: 119). Mendes Corrêa, com o domínio de diversas áreas do saber, centrava a sua investigação principalmente na Antropologia Física, produzindo assim teorias de acordo com as diretrizes da mesma. Adequava aos seus temas de estudo a uma perspectiva multidisciplinar, onde a ciência e um certo nacionalismo coexistiam, normal ao período. Manuel Heleno, devido à sua escassa publicação de resultados, torna-se mais complexo de analisar, no referente à teoria. Contudo, as suas convicções teóricas, no campo arqueológico, visto que não dominaria a Antropologia como Mendes Corrêa, aproximar-se-iam a este último, não obstante a sua intensa rivalidade. Um dos casos mais expressivos é a leitura e posição favorável, numa atitude eclética, às teorias de Bosch-Gimpera, no tocante à Pré-História, e a ideia de Império Megalítico, difusor de cultura para outras regiões da Europa (FABIÃO, 1999: 121). É na observação dos materiais das aulas de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que se verifica a opinião de Heleno:

*“Inaceitável o simplismo da escola evolucionista que admite que todos os povos passam pelas mesmas fases e explica não por contactos mas por convergências as analogias culturais — O progresso contínuo e em linha é uma ilusão. Inaceitável também as atitudes extremas da escola histórico-cultural ou da filosofia spengleriana”* (CARDOSO *et al.*, 2013: 104).

Se por um lado se distancia do seu mestre, Leite de Vasconcelos, em relação ao Evolucionismo, não apresenta uma posição inteiramente favorável ao histórico-culturalismo. Contudo, não explicita a sua perspectiva teórica de maneira clara, enquanto que reserva grande parte do seu ensino ao método arqueológico (CARDOSO *et al.*, 2013: 29).



O início do século XX oferece assim um profundo vazio no tocante à teoria e, ultimamente, à Arqueologia Nacional. Condição e diminuída, parece alicerçar-se de maneira periclitante em absorver poucas investigações (e teorias) realizadas a nível peninsular, sendo Espanha o principal polo difusor destas, ou aproveitando a vinda de investigadores estrangeiros, como o casal Leisner, para Portugal. A teoria arqueológica é assim composta por ecletismo, um aspeto que será praticamente transversal cronologicamente.

### **1.3. A segunda metade do século e contra a teoria**

Se no início do século XX a teoria arqueológica não é discutida pela comunidade arqueológica, a segunda metade oferece um testemunho ímpar, por Abel Viana (1896-1964). Este investigador, figura proeminente na Arqueologia portuguesa, elabora um livro de síntese, denominado *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*, onde expõe todos os problemas que a disciplina atravessa. Estes não deixam de ser uma continuação das dificuldades de épocas anteriores, sintetizando-se numa comunidade fragmentada cujo exercício da profissão é dificultado quer pela falta de financiamento quer pela inexistência de apoios do Estado. No que toca à teoria arqueológica, a sua posição é bastante expressiva:

*“Pois é. Do que a Arqueologia nacional menos precisa é de teorias”*  
(VIANA, 1962: 67).

Abel Viana considera que a teoria arqueológica deve ser substituída por uma prática bem orientada. A sua visão, embora possa parecer hoje manifestante distante é um produto quer do seu tempo, quer da sua realidade. Com uma Arqueologia praticamente inexistente, Abel Viana pretende que a atividade não esteja presa ao ensino superior, onde considera que os conhecimentos adquiridos não são os mais eficazes para a profissão:

*“ (...) torna-se difícil ao aluno autêntico domínio dos conhecimentos arqueológicos e, o que é pior, impede-o de ganhar simpática pelo assunto, já que a cadeira não passou de mais um peso — e bem pesado — na composição do curso, esforço nem sequer compensado, depois da licenciatura, por qualquer vantagem prática ou utilidade na carreira que se houver de abraçar.”* (VIANA, 1962: 60).

Aqui novamente se denota a complexidade dos programas que, mais virados para questões “teóricas”, não se debruçam o suficiente sobre a parte prática da Arqueologia, produzindo, de acordo com Abel Viana, consequências nefastas. Este arqueólogo não concebe que a maioria dos seus colegas de profissão sejam obrigados a criar teoria:

*“Supomos que para arqueólogo prestante não seja rigorosamente necessário ter curso superior, pertencer a grupos ou escolas, estar apto a criar teorias. Estas também fazem falta, evidentemente, mas sem a operosidade constante de outros mais modestos obreiros, os autênticos sistematizadores não dispõem do indispensável material de trabalho. Além disso, não concebemos ser possível obter preparação completa para estudos arqueológicos”* (VIANA, 1962: 62).

Reconhece o seu valor, afastando-a, contudo, para um segundo plano, considerando-a demasiado complexa para o comum arqueólogo e, como tal, desnecessária. Se reconhecermos que, efetivamente, o amadorismo na Arqueologia Portuguesa é uma constante desde o início do século e que o analfabetismo aumenta no regime do Estado Novo e com a periferização do país, Abel Viana considera que é vital elevar a prática em detrimento da teoria. Por outro lado, existe também, como verificado em Leite de Vasconcelos, uma oposição àqueles que fazem “teoria”:

*“Mais estudo, mais ensino, mais amparo a novos e velhos, mais atenção, ponderação e critério relativamente aos achados, mais escavações (muitas e muitas escavações, enquanto há que ver e salvar), menos obstrucionismo, menos sábios e mais arqueologia”* (VIANA, 1962: 67).

Depreende-se a conotação negativa de “sábio”, alguém que por um lado não apoia os seus pares e provavelmente criador de “interpretações pretensiosas” (VIANA, 1962: 67), o qual deveria ser o maior apoiante da comunidade acaba por ser, na visão de Viana, o elemento disruptor.

A teoria, a partir deste ponto no tempo, viria a ter poucos cultores, num constante exercício de resistência.

## **2. Os problemas com a teoria arqueológica em diacronia — uma perspetiva**

Durante este estudo identificaram-se palavras-chave que determinavam os principais problemas com a Teoria Arqueológica ao longo da História da Arqueologia Portuguesa. Defende-se, como explicitado no início, que estes adquirem uma componente cumulativa, ou seja, são transversais ao tempo, verificando-se ainda hoje na comunidade arqueológica portuguesa. Cabe agora discutir cada um destes problemas individualmente.

### **2.1. Complexidade**

Poder-se-á afirmar, que é de opinião mais ou menos consistente na comunidade científica, que a teoria arqueológica é uma temática difícil ou trabalhosa dentro da Arqueologia. A este facto julgamos estar associada a ligação e comparação que se necessita de realizar para compreender cada quadro do pensamento arqueológico. O evolucionismo é, por exemplo, incompreensível sem uma perspetiva histórica, social e política da época, assim como a ligação com outras ciências tais como a Antropologia ou a Geologia. Do mesmo modo, normalmente as escolas do pensamento aliam-se a uma corrente filosófica, concentrando uma multiplicidade de saberes que o aluno/investigador necessita de possuir para entender o melhor possível a teoria. Toda esta interligação de matérias e disciplinas não deixa de ser vital para a sua compreensão. Contudo, não será vital também para a Arqueologia em si? Como disciplina científica, esta sempre possuiu um carácter interdisciplinar, necessitando sempre de um olhar múltiplo e de a interveniência de outras áreas do saber. No entanto, é apenas sobre a teoria que recaem normalmente os argumentos de complexidade, não sobre a Arqueologia ou a prática em si.

É necessário repensar esta linha de argumentação. A prática arqueológica e a escavação são elementos científicos, como tal apresentam métodos e conceitos que são imprescindíveis de serem estudados, entendidos e depois sim aplicados. São, no seu núcleo, igualmente complexos, tal como a teoria.

É certo que, com uma taxa de alfabetização elevada, ou com um ensino deficiente da Arqueologia, fatores apontados quer por Leite de Vasconcelos, quer por Abel Viana, seja compreensível uma maior dificuldade em não considerar a teoria como um assunto fácil. Concebemos como válida esta perspetiva para as épocas onde estes investigadores se inserem. No entanto, é hoje anacrónica, quer pelo fenómeno de globalização que atravessamos, quer pela dinamização do ensino

da Arqueologia, e ainda pela facilidade de obtenção de conhecimento de produção internacional, quer seja por plataformas informáticas, publicações periódicas, palestras e debates. Uma muito maior facilidade em aceder ao conhecimento é inequívoca.

O combate à premissa da complexidade, demonstrando por um lado, que a realidade arqueológica é em si complexa, dificilmente reduzida a operações simplistas, e por outro que o ensino da teoria pode ser dinâmico e que pode possuir aplicações práticas deve ser o caminho a trilhar.

## 2.2. (In)Utilidade

O problema anterior liga-se intimamente ao seguinte: é a teoria arqueológica capaz de obter alguma utilidade prática? Aqui encontramos um dos principais enganos da Arqueologia, o facto de se considerar que a prática e a teoria são dicotómicas. Pelo contrário, complementam-se, com a Teoria a determinar quais os principais sítios a escavar, a articulação dos temas de estudo, o “porquê” da Arqueologia e a prática a oferecer os dados, assim como a testar hipóteses usando métodos, o “como” da Arqueologia. A sua relação é fundamental, como o é em qualquer ciência. A teoria é útil no sentido que confere um questionário científico à disciplina, uma razão para se agir conforme uma determinada maneira ou outra. Dê-se como exemplo uma questão que preocupa a comunidade arqueológica portuguesa: o excesso de materiais arqueológicos provenientes das escavações e a incapacidade de armazenamento. Como resolver este problema? Quais os materiais que devem ser preservados e mantidos? Qual o fundamento para descartar outros? A aproximação à teoria arqueológica pode determinar algumas posições quanto a este problema, oferecendo, pela via de um questionário científico devidamente orientado, soluções que permitam minimizar o impacto em futuras investigações. Não esqueçamos que o artefacto, por si, não oferece quaisquer informações: é o arqueólogo, que através de um posicionamento teórico, poderá retirar alguma interpretação, um significado, ao material.

A acumulação de dados, esperando que, mais tarde, estes façam sentido entre si, é uma posição indutivista utilizada por diversos arqueólogos, aqui espelhado pela figura de Leite de Vasconcelos. É uma posição válida, visto que nem sempre é possível construir teorias arqueológicas sólidas com poucos dados. No entanto, a força destes últimos não se poderá esperar apenas pela acumulação exponencial dos mesmos. Sabemos que temos acesso a uma simples parcela do que terá sido o passado. A sua reconstituição é feita pelo arqueólogo no presente, à imagem do

que hoje se tem conhecimento. Condicionar este último pela massiva acumulação de dados, pela saúde de, um dia, se poder realizar uma teoria abrangente e, por sinal, o mais completa possível, conduz a um excesso de informação nos arquivos dos museus, das empresas de arqueologia que dificilmente será devidamente estudada. Os dados que se obtêm devem ser enquadrados em teorias que permitam uma análise futura, quer para o seu corroborar ou refutação. Estas nunca serão absolutas, sendo que uma visão do passado, como ele era, é praticamente inalcançável. Podemos, no entanto, aproximarmo-nos o mais possível da verdade científica, tendo a teoria arqueológica um papel crucial para tal.

### **2.3. Prematuridade**

A prematuridade da teoria prende-se com o ponto anterior. Não existindo teorias absolutas, é certo que estas se vão modificando, caindo e alterando.

Entende-se prematuro, como possuindo igualmente uma conotação negativa, ou seja, como todas as interpretações são conceptualmente fracas e erradas. Se verificarmos a posição de Vasconcelos e de Viana, ambos consideram esta vertente da teoria como estando ligada aos investigadores que a produzem. Mas é necessário sublinhar que a teoria não está de modo alguma isenta de um critério de qualidade. Esta será mais ou menos prematura não só apenas por fatores externos ao investigador que a enuncia, pelo contrário, em grande medida depende deste mesmo, pelo seu engenho, argumentação e conhecimento. A teoria arqueológica, não é demais lembrá-lo, é intrinsecamente pessoal. Como tal, sofre ou beneficia da sua génese, não sendo impermeável ou intemporalmente inabalável. Ao invés de ser prematura, deveria classificar-se como sendo relativa, dependente do meio, do tempo e de quem a cria.

Reforçando um ponto anterior, o passado que observamos é um resquício do que já aconteceu. Deste modo, a produção teórica não deverá ser tida como sendo um atentado à humildade científica, ou um exercício de pretensiosismo, pelo contrário, deve ser uma tentativa de nos aproximarmos da verdade pela via das oportunidades — deve estabelecer pontes entre os investigadores e o debate de ideias. Não o fazer, por se considerar prematuro, ou fazê-lo em excesso, criando teorias que não abonam à compreensão de uma realidade, origina posições demasiado extremas, nenhuma delas considerando que o avanço da ciência nem sempre se faz por mostrar o que é certo mas por demonstrar o que é manifestamente errado.

## 2.4. Ecletismo

A utilização de teorias de outros investigadores, na construção do discurso arqueológico, é um ato considerado normal e até, por vezes, de *fair play* científico. Uma posição eclética pode ser favorável, não imediatamente pejorativa.

A existência deste debate prende-se com o facto da Arqueologia portuguesa, do ponto de vista dos opositores ao ecletismo, estar embebida na importação de ideias e na utilização acrítica das mesmas. Neste caso, a solução assenta no intermédio das posições. Por um lado, há que descartar uma apropriação das teorias e uma moldagem das mesmas para um sítio arqueológico/caso de estudo/realidade em concreto. Deste modo, o ecletismo deve ser moderado: nem deixar de fazer teoria porque esta já “está feita” por outrem, nem fechar a porta a novos desenvolvimentos teóricos e metodológicos externos.

Identificados estes problemas, constata-se a sua longa duração. Contudo, confrontando-os à luz do que hoje é a Arqueologia, compreende-se que a sua força é relativa, que o seu peso é ultrapassável, que a teoria pode florescer.

## 3. O futuro da teoria arqueológica — o retorno às bases

Conhecendo as razões para o descarte em grande medida de uma investigação sistemática em teoria arqueológica em Portugal, há ainda que questionar: será esta verdadeiramente necessária?

A morte anunciada dos estudos teóricos deveu-se fundamentalmente a dois fenómenos: à incapacidade de definir o paradigma vigente da teoria arqueológica e à sua utilização enquanto instrumento de progressão de *status* académico.

O primeiro, dada a sua complexidade, ainda hoje se questiona, sem existir um consenso na sua classificação. No entanto, não poderia ser de outro modo: o conceito de paradigma, como artifício kuhniano, remete-nos para uma análise historicista da ciência. Como tal, identificar quais as principais tendências no presente não é compatível com a imposição de um determinado paradigma pela parte dos agentes que nele se inserem. Necessita-se de um distanciamento histórico mais alargado para comprovar a sua existência. Deste modo, o facto de não ser perceptível a emergência de um novo paradigma teórico não implica que a teoria esteja morta, apenas a manifesta impossibilidade da sua determinação na contemporaneidade. Por outro lado, tal não impede que a comunidade arqueológica se manifeste em termos de inovação teórica.

Já o segundo representa uma das principais críticas à teoria arqueológica. Bintliff expõe sucintamente o problema:

*“(...) those who specialize in Theory hold a privileged role in the discipline, forming an intellectual elite whose wisdom should trickle down to students, and other practitioners whose work is more focused on collecting data and ordering”* (BINTLIFF, 2015: 25).

O privilégio de quem estuda e formula teorias assume-se no controlo académico e no topo da “pirâmide”, representação da comunidade arqueológica (BINTLIFF, 2015: 34). Se porventura a teoria é utilizada para sustentar ruturas face ao *status quo* e impulsionar a ascensão de figuras no meio, essa não é, ou deveria ser, a sua principal função. A solução apresentada por Bintliff assenta no abandono da teoria e no foco na observação e nos dados provenientes do trabalho de campo e de laboratório, dado que é a primeira que sustenta o modelo piramidal e que gera, por consequência, a criação da desigualdade e da depreciação dos arqueólogos de campo (BINTLIFF, 2015: 34). Discordamos de Bintliff na medida em que não consideramos que a teoria seja a semente do problema. Se é de facto utilizada de maneira errada, afastando-se dos seus propósitos basilares, a culpa reside nos agentes que perpetuam esta perspetiva. Isto porque a teoria não existe *per se*, nem é melhor ou pior que as atividades práticas no âmbito da Arqueologia. Pelo contrário, é profundamente desejável que ambas se complementem, que se faça a teoria a partir dos dados e que os dados, pela sua qualidade, permitam a formulação teórica. O verdadeiro problema reside nessa velha ideia: na que a prática e a teoria são conceitos dicotómicos, uma conceção profundamente errónea e contraproducente, que deve cair o quanto antes (JORGE & JORGE, 1995: 256).

A teoria serve precisamente para avançarmos no conhecimento que possuímos. Não se cria do vácuo, mas de um longo processo que envolve a comunidade arqueológica como um todo (DARVILL, 2015: 12). Esta deve unir em vez de afastar, dado que o denominador comum da atividade científica, qualquer que esta seja, é a sua produção epistemológica. E esta afigura-se cada vez mais fundamental para a legitimação das Humanidades, da entrada da Arqueologia nos mais variados debates contemporâneos. Isto porque o passado tem sempre uma palavra a dizer sobre o presente, residindo o verdadeiro potencial da área na plasticidade e operatividade que possui para o estudo do ser humano nas suas distintas valências. A teoria permite, enquanto mecanismo interpretativo, oferecer uma produção epistemológica, e, enquanto objeto do pensar, conceber a Arqueologia à luz da Contemporaneidade.

Precisaremos então da teoria? A resposta é sim, mas uma teoria responsável, inclusiva e orientada. Responsável para que não se perpetue o modelo piramidal da comunidade arqueológica. Qualquer âmbito profissional deve ser relevante para a Arqueologia. Inclusiva para que permita a renovação de perspetivas e a reinterpretação de dados. Orientada, no sentido de envolver a prática e de a complementar e de se focar em problemas do Presente.

## CONCLUSÃO

Dados os problemas patentes no caso português no que toca à teoria arqueológica, assim como das principais dificuldades em conceptualizá-la na atualidade, esta permite-se a possuir um lugar de relevo nos debates contemporâneos internacionais. A Arqueologia portuguesa, se não é conhecida no meio internacional pela sua produção teórica, pode superar as dificuldades iminentes e refazer a sua perspetiva face à teoria.

Novos estudantes podem e devem abraçar a liberdade intelectual, refletindo sobre o seu trabalho e sobre a sua área. Avançando no sentido de propiciar uma investigação sistemática nesta temática, a Arqueologia conseguirá legitimar-se enquanto atividade científica, enquanto produtora de conhecimento útil à sociedade e enquanto operação crítica do pensar.

E refazendo a ideia à luz dos dias de hoje: Pois é, do que a Arqueologia nacional mais precisa é de teoria.

## BIBLIOGRAFIA

BINTLIFF, J. (2015), “Beyond Theoretical Archaeology: A manifesto for reconstructing interpretation”. In *Archaeology*. In KRISTIANSEN, K.; ŠMEJDA, L. & TUREK, J. (eds.) (2015), *Paradigm Found. Archaeological Theory — Present, Past and Future*. Oxbow Books, Oxford, pp. 24-35.

CARDOSO, J. (2007), *Vida e Obras de Estácio da Veiga*. Xelb, vol. 7, pp. 16-72.

CARDOSO, J.; RAPOSO, L.; BICHO, N. & FABIÃO, C., (2013), *Manuel Heleno, pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Imprensa Nacional, Lisboa.

CARDOZO, M. (1958), *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento (Arqueologia e Etnografia): 1879-1899*. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães.



CASTELLS, M. (2007), *A Sociedade em Rede*. Fundação Calouste Gulbenkian, 3.<sup>a</sup> Edição, Lisboa.

DARVILL, T. (2015), *Scientia, Society and Polydactyl Knowledge*. In KRISTIANSEN, K.; ŠMEJDA, L. & TUREK, J. (eds.) (2015), *Paradigm Found. Archaeological Theory — Present, Past and Future*. Oxbow Books, Oxford, pp. 6-23.

DINIZ, M. & GONÇALVES, V. S. (1993-94), “Na 2.<sup>a</sup> metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal”. *O Arqueólogo Português*. Série IV, 11-12, pp. 175-187.

FABIÃO, C. (1999), “Um século de Arqueologia em Portugal I”. *Al-madan*, Série II, n.º 8, pp. 104-127.

FABIÃO, C. (2008), “José Leite de Vasconcelos (1858-1941): um archeólogo português”. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 26, pp. 97-126.

HARVEY, D. (2005), *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press, New York.

JORGE, V. & JORGE, S. (1995), *Theoretical underpinnings of Portuguese archaeology in the twentieth century*. In UCKO, P. (ed.) (1995), *Theory in Archaeology. A world perspective*. Routledge, London, pp. 247-258.

LEMOES, F. (1987), “As três idades da Arqueologia Portuguesa”. *Fórum*, n.º 2, pp. 5-13.

VASCONCELOS, J. (1897), *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Imprensa Nacional, Lisboa, Vol. 1.

VEIGA, S. (1891), *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Imprensa Nacional, Lisboa, Vol. 4.

VIANA, A. (1962), *Algumas noções elementares de arqueologia prática*. Edição do Autor, Beja.